



O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas.

BRASIL, MEC/SEE

Este artigo trata do papel do interlocutor de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em atuação na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo. Atualmente, através da resolução 38 de 19 de junho de 2009, são contratados anualmente, para atuarem nas classes regulares de ensino, profissionais Interlocutores de Libras. A formação deste profissional exige que seja também licenciado, para atuação na rede estadual. Além de professor, deve possuir formação em Libras em cursos de no mínimo 120 horas. Em nossa pesquisa buscamos levar em consideração a formação, a atuação e as dificuldades encontradas por este profissional nas salas de aulas.

INTRODUÇÃO

O interlocutor de Libras é o profissional contratado para atuar nas classes regulares de Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual de ensino do estado de São Paulo, prevista na resolução SE 38 de 19 de junho de 2009. A contratação desse profissional está prevista também na lei

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

10436/2002 como um direito do aluno surdo, pressupondo que esse aluno tenha direito a uma educação de qualidade.

A formação do profissional em Libras para atuar como interlocutor nem sempre é suficiente para garantir uma comunicação efetiva. Os próprios professores interlocutores, muitas vezes, além da formação oferecida pela secretaria estadual de educação, precisam buscar aperfeiçoar-se para atender o aluno em seu contexto de trabalho. Dessa forma o papel do interlocutor de Libras condiciona-se ao perfil do aluno, sendo necessário ao interlocutor muitas vezes atuar como alfabetizador em Libras, em vez de tradutor/interlocutor.

Nosso intuito, com esse trabalho, é descrever o papel do interlocutor de Libras na rede estadual de ensino e investigar como se dá a atuação do profissional de Libras nas escolas estaduais, pois partindo do senso comum, os alunos apresentam diferenças no processo de aprendizagem, e a atuação desse profissional estará sujeita ao contexto do aluno surdo.

Para a realização de nosso trabalho lançamos mão de entrevistas realizadas na Diretoria de Ensino de Votorantim e em uma escola estadual para investigar as perspectivas de atuação do interlocutor de Libras e os desafios enfrentados pelo profissional na relação direta com o aluno surdo. A fim de preservar a identidade dos profissionais entrevistados, denominamo-los de Professor F e Professora D.

A abordagem metodológica qualitativa coerente a nossa temática é o estudo de caso com o propósito de ser descritivo. A produção de informações foi obtida pelo trabalho de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas em duas perspectivas: profissionais que trabalham na diretoria de ensino e professores que atuam como interlocutores nas classes regulares.

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

A fim de garantir a fidelidade e validade dos dados, como requisitos da qualidade da pesquisa, para análise das informações produzidas, optamos pela técnica da triangulação. Essa técnica consiste em combinar duas ou mais fontes de dados, pontos de vistas, abordagens teóricas ou instrumentos distintos de obtenção de informações, com o objetivo de proporcionar um registro textual mais fidedigno da realidade ou uma compreensão minuciosa do fenômeno a ser analisado (Coutinho, 2008).

Em nossa pesquisa, a triangulação metodológica consistiu em obter informações de diferentes interlocutores, a partir da aplicação de um mesmo instrumento de produção de informações, no caso a entrevista semiestruturada. Neste caso, utilizamos entrevistas com perguntas abertas aos profissionais citados.

O INTÉRPRETE DE LIBRAS

Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, interpretar significa *traduzir ou verter de língua estrangeira ou antiga*. O Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira complementa o significado definindo que seria *traduzir ou verter de língua para outra*, exprimindo a mesma mensagem.

Intérprete é aquele que *serve de língua ou de intermediário para fazer compreender indivíduos que falam idiomas diferentes*. (Aurélio, Dicionário). Ou ainda, pessoa que traduz a outrem, na língua que este fala o que foi dito ou escrito por outra pessoa em língua diferente. Logo o Intérprete da Língua Sinais é aquele que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua,

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais. (Quadros, p.8, 2002).

Assim para interpretar ou traduzir uma língua é fundamental que se domine profundamente duas línguas, por exemplo, o Intérprete de Língua Brasileira de Sinais / Língua Portuguesa para ser um profissional intérprete deve primordialmente dominar as Línguas Portuguesa e Brasileira de Sinais igualmente. Pois este é responsável pelo acesso legítimo a informações veiculadas. Outro exemplo é o Intérprete de Língua Brasileira de Sinais / Língua de Sinais Americana (ASL), o mesmo precisa dominar profundamente as duas línguas de sinais.

A FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE

O decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 em seu Capítulo V determina que “Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.”

No entanto tal curso superior ainda não é de total acesso aos profissionais que já atuam como Intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.

Sendo assim até que se tenham profissionais devidamente formados toma-se por base a formação definida pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos presentes no documento – O QUE É INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS PARA PESSOAS SURDAS? Feneis /Belo Horizonte – MG, 1995.

Algumas dessas condições são:

a) Ter competência na Língua Portuguesa e na Língua Brasileira de Sinais;

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS

NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

- b) Possuir no mínimo o ensino Médio Completo, mas preferencialmente Ensino Superior;
- c) Ser membro ativo da Associação de Surdos local;
- d) Possuir certificado expedido pela FENEIS;
- e) Possuir certificado Exame PROLIBRAS – MEC;
- f) Possuir alguma noção de outro idioma estrangeiro;
- g) Ter noções suficientes de linguística, comunicação e técnicas de tradução e interpretação;
- h) Ter contato com surdos adultos com frequência comprovada;
- i) Ter disponibilidade de tempo para estar presente onde se fizer necessário.

Estas são algumas das principais condições para a formação de um intérprete de Libras.

O INTÉRPRETE E A COMUNIDADE SURDA

O intérprete de Língua de Sinais é uma pessoa sempre presente nas Comunidades Surdas. Suas habilidades vão além de uma simples interpretação, pois deve possuir excelente domínio das duas línguas em questão, a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa e as línguas sempre estão moldadas em seu aspecto cultural.

É muito comum pensar que pessoas que sabem sinalizar são intérpretes, isso é um grande equívoco. A interpretação é uma habilidade construída sistematicamente e não se resume a uma simples tradução daquilo que se oraliza.

Carente de um curso superior nesta área de formação, o profissional intérprete tem suas habilidades aprimoradas nas Comunidades Surdas e por

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

elas são avaliados. São pessoas de confiança das pessoas surdas, por sua frequente participação nas Comunidades Surdas.

Muitos se afastam de seus semelhantes não surdos para conviver com as pessoas surdas, adquirindo aspectos culturais que podem ser facilmente percebidos na hora de sinalizar, identificando-se com as demais pessoas surdas. Por isso, os intérpretes são “*Momentos*” para as pessoas surdas, mais especificamente, *são partes que não podem subsistir ou ser apresentadas separados do todo ao qual pertencem, eles não podem ser destacados.* (Sokolowski, 2004:32).

Mas qual seria seu papel na educação de pessoas surdas? Alguns problemas principais precisam ser evidenciados evitando, assim, desagradáveis situações.

Uma situação muito frequente é quando o professor não é surdo e os alunos surdos costumam colocar ao intérprete suas indagações, objeções e colocações. Neste caso, o intérprete de Língua de Sinais deve esclarecer, antes das aulas, que toda dúvida ou colocação deve ser dirigida ao professor, sob pena de perder conteúdos importantes e adquirir informações equivocadas. Isso se deve ao fato das pessoas surdas se sentirem mais à vontade em dialogar com usuários de sua língua.

Esta atitude também é prejudicial ao professor, pois ele se distanciará cada vez mais do aluno surdo. O ideal seria o intérprete e o professor estarem engajados no planejamento das aulas, pois a troca de experiências será muito produtiva, estarão criando estratégias pedagógicas que mais se aproximem do jeito da pessoa surda aprender, e conseqüentemente, a interpretação se apresentará mais qualificada.

Em muitas situações, os surdos procuram os intérpretes fora do horário escolar para aprimorar os conhecimentos. Às vezes, o intérprete responde que

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

seu trabalho é só dentro do horário escolar e não tem obrigação nenhuma de apoiar a pessoa surda.

Apesar de este profissional estar dentro de seus direitos, tal atitude pode apresentar-se de diferentes formas. Ele tem a opção de descartar esse serviço através da inviabilidade por motivos particulares, de ser remunerado por tal atividade, *ou* de servir voluntariamente à Comunidade Surda na qual está (ou esteve) inserido e à qual deve a construção de seu “Ser Intérprete”. Seria bem interessante o profissional refletir sobre este aspecto, caso que não abordaremos aqui.

Entre o papel sistemático da atuação do intérprete de Língua de Sinais, está a confiabilidade, a imparcialidade, a discricção, a distância profissional e a fidelidade, preceitos descritos por Quadros (2002:28), que devem ser respeitados por estes profissionais no momento da interpretação.

O engajamento do profissional intérprete na educação deve ser efetivado através do intercâmbio com os educadores e demais profissionais da escola. É imprescindível que ele faça parte dos projetos políticos pedagógicos, e de boa idealização seria a participação também de um aluno surdo.

A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE NA SALA DE AULA

A presença de um intérprete de Língua de Sinais é fundamental para a mediação da comunicação entre a Comunidade Surda e a Comunidade Ouvinte. Na escola, seu papel é o de transmitir a mensagem do professor regente da língua portuguesa para a Libras, de modo que o aluno compreenda. que sua função muitas vezes é confundida com a de professor da criança surda, porém, isso não deve ocorrer. É necessário que o professor-intérprete

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS

NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

se coloque em seu lugar como um mediador da comunicação e nada mais além disso.

O professor regente e o professor-intérprete devem trabalhar juntos, ou seja, as aulas devem obter recursos que facilitem a compreensão do aluno surdo, nesse caso, o professor regente deve disponibilizar meios visuais de apresentar o conteúdo trabalhado, Tais recursos serão facilitadores na compreensão, não somente para os alunos surdos, mas para toda a sala.

A responsabilidade pelo aluno surdo é do professor regente e não do professor/intérprete. Porém, como já dito anteriormente, ambos devem trabalhar juntos com o intuito de buscar mecanismos que favoreçam a aprendizagem e compreensão do sujeito surdo.

O intérprete de Língua de Sinais deve ser alguém imparcial, ou seja, que se limite a transmitir a mensagem do professor, sem manifestar opiniões próprias. Por isso, é importante que esse profissional seja alguém de boa índole.

Os intérpretes de língua de sinais são ouvintes que podem, também, transitar entre as culturas surdas e ouvintes. Dependendo de sua competência profissional, as identidades dos intérpretes podem tomar formas híbridas, identificando a alteridade surda. A partir desse reconhecimento e entendimento profundo do outro, o intérprete consegue realizar com mais competência o processo de tradução.

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

ATUAÇÃO DO INTERLOCUTOR NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Em nossa pesquisa de campo procuramos através de entrevistas com o Professor F, Coordenador do Núcleo Pedagógico de Educação Especial, e com a Professora D, regente de classe na Escola Estadual “Evilázio de Goes Vieira”, buscar elementos que enriquecessem nosso trabalho no que diz respeito à atuação do profissional interlocutor de Libras.

As leis que orientam e regulamentam a Libras bem como a função do intérprete de Libras, como já citamos anteriormente são a 10.436 e o decreto 5.626, a nível nacional.

Na Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo, há a resolução SE 38 de 19 de junho de 2009 que prevê a contratação de professores interlocutores de Libras para atuar nas classes regulares em que haja aluno que necessite de interlocutor.

O trabalho deste profissional é fazer uma ponte entre o professor regente e o aluno surdo, fazendo com que este aluno consiga acompanhar os conteúdos nas salas de aula, igualmente aos outros alunos.

Os profissionais contratados como interlocutores, além da formação mínima exigida na resolução, que é de 120 horas, recebem, de acordo com o Professor F, uma capacitação no CAPE (Centro Apoio Pedagógico Especializado).

Além disso, eles têm um trabalho contínuo de planejamento e replanejamento proporcionado no TPC (Trabalho Pedagógico Coletivo) na unidade escolar e também nas OTs (Orientações Técnicas) que acontecem no núcleo pedagógico sob a orientação do Professor F. *“É importante lembrar que o trabalho do interlocutor é em cima do seu contexto, da realidade que vive*

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS

NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

com o aluno. *Esse trabalho não é o mesmo em todas as escolas, a gente sabe*”, explica F.

De acordo com a professora D, *“O aluno tem suas dificuldades. Não adianta eu querer interpretar o que o professor está falando. Eu tenho que partir do que ele sabe. Na verdade, ele conhece pouco a Libras, e faz curso no integral, em Sorocaba. Então não adianta eu interpretar se ele não vai entender. Primeiro eu tenho que ensinar a Libras”*.

Além das dificuldades para trabalhar com o aluno, ainda há entraves no que se refere aos materiais adequados. Os professores regentes não sabem Libras e ainda a questão familiar.

De acordo com F, nas OTs *“as principais queixas dos interlocutores são: encontrar materiais adequados para o trabalho e entrar na sala de aula sem saber o que será ministrado pelo professor regente. Essas são as queixas gerais”*.

Ele relata que, pela Diretoria de Ensino de Votorantim, são contratados 13 profissionais para atuar com 14 alunos, sendo que há uma escola em que tem dois surdos na mesma sala.

Para a professora D *“A principal dificuldade é o aluno não ser alfabetizado, nem conhecer tão bem a Libras e o fato de a família também não poder ajudar por não conhecerem a Libras. Eles têm sinais caseiros, o que acaba prejudicando um pouco”*.

Quanto ao trabalho em equipe, o Professor F e a Professora D concordam que existe espaço no TPC para que o Interlocutor possa mostrar seu trabalho. D relata que está *“ensinando Libras nos TPCs, para que os professores possam aprender e se comunicar com o aluno”*.

A formação mínima exigida pela resolução SE 38 é insuficiente para a atuação do interlocutor. De acordo com F, *“Os próprios interlocutores*

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS

NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

descobrem na prática e acabam sempre buscando novos cursos. Estão sempre aprendendo”.

Para a professora D, Pós-graduada em Libras, *“É impossível saber tudo, ensinar tudo. Aquilo que a gente não sabe não pode ter vergonha de falar, mas também tem que correr atrás e descobrir qual o sinal, o que significa. Mas, a gente aprende muito na prática”.*

A função do interlocutor criada pela resolução SE 38 tem o objetivo de integrar o aluno na rede regular, fazer com que haja comunicação entre os ouvintes e surdos e que haja aprendizagem efetiva.

No entanto, ainda existem situações que impedem a inclusão com êxito do aluno surdo na rede regular. Os alunos que frequentam as salas regulares muitas vezes não sabem Libras, como é o caso do aluno da Professora D. Segundo ela, *“O aluno tem 12 anos. A lei da Libras tem 10 anos. Esse aluno nunca teve um intérprete. Faz dois anos que ele frequenta a rede estadual. E os cinco anos que ele frequentou a rede municipal. O que foi feito por ele? Praticamente nada. O aluno não é nem alfabetizado na língua portuguesa. O fato de a lei existir não garante de fato que os direitos sejam assegurados. Se fosse assim, ninguém roubava, existe lei pra isso”.*

Para a professora, o que inviabilizou a alfabetização do aluno, bem como o aprendizado da Libras foi a falta de uma educação comprometida com o surdo. Desde que frequentava a rede municipal, a Libras já era reconhecida como língua. O decreto 5.626 já garantia ao surdo a presença de um intérprete nas salas regulares. Desde o ensino fundamental Ciclo I o aluno deveria frequentar um atendimento educacional especializado.

Embora existam as leis, a nível da União, os municípios devem adequar suas leis orgânicas, suas leis educacionais, para que se possa viabilizar uma educação de qualidade para o surdo que, realmente, respeite sua condição,

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS

NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

ofertando não somente o atendimento educacional especializado, mas também capacitação aos professores, reconhecimento da Libras como um meio de comunicação eficaz e eficiente, tornando a escola regular verdadeiramente acolhedora para o surdo.

O TRABALHO COM O ALUNO

O aluno surdo da 6ª série, atendido pela professora D, realiza atividades, que podem ou não ser diferentes das que o restante da classe realiza. A professora explica que *“Quando estamos nas aulas de Artes é possível fazer com que ele realiza as mesmas atividades, pois a linguagem é diferente. Assim como nas aulas de Ciências, quando o assunto é fácil de ser compreendido. Conforme a complexidade do assunto, fica difícil realizar a interpretação. Já nas aulas de Matemática é mais complicado, pois ele ainda não tem competências e habilidades para trabalhar nessa disciplina”*.

Segundo a professora, o aluno está sendo alfabetizado (por ela) e é difícil, por exemplo, pedir para que ele escreva um texto ou efetue cálculos e resolva problemas, sendo que ele não está pronto para isso.

O trabalho da professora é pensado no aluno e não somente no currículo. A Professora D diz que: *“O meu papel é interpretar tudo o que os professores estão falando em suas aulas. Mas, também, tenho que pensar no aluno, porque de nada adianta eu chegar aqui, interpretar tudo e ao final da aula ele não entender nada. Eu tenho que ensinar sinais a ele que não conhece. Estou trabalhando com alfabetização em língua portuguesa, estou ensinando Libras, pois só esses conhecimentos não tem como ele começar a*

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

aprender os demais conteúdos curriculares. Então eu trabalho a realidade dele”.

As tarefas realizadas pelo aluno mesclam a língua portuguesa com a Libras. O objetivo da professora é fazer com que o aluno aprenda simultaneamente as duas línguas. *“Em Libras eu sei que ele vai se dar bem. Mas em língua portuguesa, em todo lugar que a gente vai, tem algo escrito. E aí, como ele vai fazer. Não vai ter um intérprete sempre a disposição dele. Então ele precisa aprender o português para poder pegar um ônibus, entrar em uma loja, ir a algum lugar, é necessário”.*

Em uma das atividades que a professora apresentou, o aluno deveria escrever palavras de um mesmo campo semântico, por exemplo, f rutas. Em seguida, além de escrever corretamente, o aluno deveria fazer o sinal da palavra escrita. Nesta atividade, a professora conta que o aluno *“A medida que escrevia, fazia a datilologia. Parecia que pensava com as mãos. Até a gente acostuma com o ritmo dele, e começa a fazer sinal de tudo enquanto fala. Com o surdo acredito ser assim: enquanto escreve sinaliza para situar seu pensamento e organizar suas ideias”.*

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Os alunos surdos das escolas públicas estaduais de São Paulo estão amparados pela resolução SE 38 e pela lei 10.436 e decreto 5.626. O direito a um intérprete, embora esteja assegurado em lei, não é fator suficiente para que o aluno obtenha sucesso em sua vida escolar.

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

No caso da diretoria de ensino da região de Votorantim, a maioria das escolas estaduais atende alunos da 5ª série (ensino fundamental de oito anos) / 6º ano (ensino fundamental de nove anos) em diante.

Quando recebe estes alunos, espera-se no mínimo que estejam alfabetizados e realizem as quatro operações básicas da Matemática. Mas não é o que acontece em muitos casos e com o aluno surdo não poderia ser diferente.

Se o aluno vem das séries iniciais com uma grande defasagem em virtude de um atendimento de má qualidade, despreparo dos professores, conseqüentemente o seu processo de aprendizagem estará prejudicado nas séries finais do ensino fundamental.

No caso do aluno citado pela professora em nossa pesquisa, o que mais dificulta seu trabalho é o fato de o aluno não ser alfabetizado. Com enfatizamos anteriormente, o aluno não aprendeu a ler nas séries iniciais, embora tenha passado cinco anos no mínimo na rede municipal. Nunca teve um intérprete na sala de aula que o acompanhasse. Isso agrava ainda mais a situação.

O aluno surdo atendido nas escolas públicas estaduais, são atendidos de acordo com as necessidades do aluno. *“Tenho colegas, interlocutores, que apenas interpretam o que os professores estão ensinando. Outros que precisam começar do zero com o aluno, ensinando sinal por sinal. A nossa prática parte da realidade”*. Conta a professora D.

O trabalho do interlocutor tem o intuito de promover a inclusão, mas também assegurar que esse aluno aprenda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve o intuito de ser descritiva quanto ao papel do professor interlocutor de Libras das escolas públicas estaduais do estado de São Paulo. Esse profissional está regulamentado pela resolução SE 38 de 19 de junho de 2009 e amparada pelo decreto 5.626.

Nas escolas públicas do estado de São Paulo, cada aluno surdo que frequente as salas regulares, tem direito a um profissional que interprete as aulas dos professores regentes. Em nossa entrevista, realizada com o professor F, no núcleo pedagógico da Diretoria de Ensino de Votorantim, pudemos observar alguns pontos convergentes com a fala da Professora D, no que se refere ao papel do interlocutor nas salas de aula.

O professor F aponta dados importantes como a caracterização do trabalho docente e do professor interlocutor, a realidade enfrentada pelos profissionais em sala de aula e as expectativas da secretaria Estadual de Educação diante da Resolução SE 38 de 19 de junho de 2009.

Na escola regular a presença do aluno surdo é sinônimo de inclusão. Mas, o conceito de inclusão apontado pelo professor F demonstra que o fato de o aluno estar na escola regular não é motivo para êxito. É preciso que ações sejam desenvolvidas para que esse aluno tenha sucesso. E é nessa perspectiva que a Secretaria Estadual de Educação lançou a Resolução 38.

A Professora D por sua vez, sabe do seu papel e o que se espera de sua atuação profissional. No entanto, para ela levar ao pé da letra tudo, é impossível, pois o aluno precisa conhecer as duas línguas. Precisa aprender não só a conviver com outros alunos, mas também assegurar direitos que só serão conquistados se o aluno souber se comunicar, seja em Libras, seja em Língua Portuguesa.

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

Partir do contexto do aluno é fundamental para que as ações do interlocutor sejam coerentes. É preciso, antes de mais nada, compreender o aluno, para depois ensiná-lo algo.

A relação com os professores regentes também deve ser coerente., Os mesmo devem passar com antecedência os conteúdos a serem trabalhados para que, dentro do possível, se possa realizar um trabalho conjunto.

A classe em que atua a Professora D parece colaborar com seu trabalho, pois ela acaba ensinando, também, aos demais alunos conhecimentos em Libras, para que possam se comunicar com o aluno surdo. Acreditamos que essa seja uma das principais ações: fazer com que haja comunicação entre surdos e ouvintes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

COUTINHO, C.P. A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade. In: *Educação Unisinos*, Unisinos, v. 12, n.1, jan-ab, 2008.

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Desenvolvimento integral do surdo “enquanto pessoa”. Belo Horizonte: FENEIS, 1995.

QUADROS, Ronice. O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2002.

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano

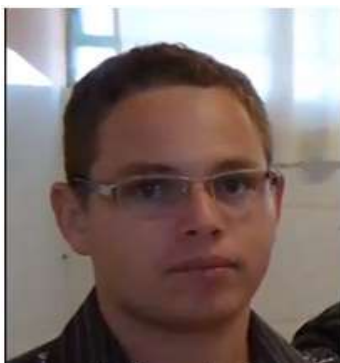
SÃO PAULO. SEE. Resolução SE 38 de 19 de junho de 2009. Dispõe sobre a admissão de docentes com qualificação na Língua Brasileira de Sinais - Libras, nas escolas da rede estadual de ensino.

SOKOLOWSKI, Robert. Introdução à fenomenologia. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Nota: Trabalho apresentado à FACESPI –Faculdade Corporativa CESPI– para obtenção do título de Especialista em LIBRAS.

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR

PAULO VICTOR CASSIANO



Licenciado em Matemática e Especialista em Direito Educacional, Gestão Escolar, LIBRAS e Educação Especial e Inclusão. Mestrando em Educação. Professor de Educação Básica I no Município de Votorantim, São Paulo. Atualmente exerce a função de Coordenador Pedagógico em uma escola municipal.

E-mail: paulinho_cassiano@hotmail.com

O PAPEL DO INTERLOCUTOR DE LIBRAS
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Paulo Victor Cassiano